

Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar à partir de um enclave urbano. A Cruzada São Sebastião no Rio de Janeiro.

**Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Gisele dos Reis Cruz
Juliana Eleuze Carreira Maberla**

Em nosso trabalho sobre a divisão social do espaço do Rio de Janeiro constatamos que o território da metrópole fluminense se organiza fortemente segundo o sistema de distâncias e oposições que insere os grupos sociais no espaço social. As classes superiores detentoras de altas doses dos capitais econômico, social e simbólico dominam as áreas da chamada “zona sul” e de parte da “zona norte” da cidade do Rio de Janeiro, se opondo às classes populares fortemente presentes nos espaços populares da periferia metropolitana e das favelas cariocas, os dois opondo-se aos segmentos da clássica classe média que dominam os espaços suburbanos. Em resumo, constatamos que o território metropolitano é caracterizado pela nítida projeção das linhas de divisão da sociedade fluminense, de tal forma que morar em um lado ou outro não é indiferente.

Observamos, porém, que, no Rio de Janeiro, como em outras cidades, a relação entre espaço urbano e espaço social não é de total homologia, prevalecendo defasagens entre a estrutura urbana e a hierarquia social, decorrentes das diferenças dos tempos históricos de mudanças da sociedade e da sua morfologia. Tal fato faz com que a divisão social da cidade nunca seja absoluta, prevalecendo no interior dos espaços dominados pelas classes superiores territórios populares gerando proximidades geográficas de grupos inseridos em posições opostas no espaço social. Esta é uma das características marcantes das metrópoles brasileiras, que no Rio de Janeiro ganha grande importância em virtude do fenômeno das favelas, espaços caracterizados por uma estrutura social bastante diferente em relação à totalidade da cidade.

Quais os efeitos na dinâmica social da proximidade territorial de segmentos sociais ocupando posições opostas na hierarquia social da cidade do Rio de Janeiro? Em que medida esta proximidade implica em trocas e sociabilidades que permitem superar as distâncias sociais e, como tal, gerar a oportunidade para os grupos inferiores de apropriarem dos recursos acumulados no território em decorrência da concentração dos segmentos que detêm o poder econômico, social e simbólico? Ou, ao contrário, será que a situação de “co-habitação” redobra no território da cidade as relações de dominação entre as classes proprietárias e populares, e, nesta hipótese, os recursos concentrados/acumulados no espaço urbano potencializam esta dominação?

Pretendemos refletir sobre estas questões a partir dos resultados de duas de pesquisas de campo realizadas em um conjunto habitacional popular, localizado no micro-território do bairro do bairro do Leblon.



O Micro-Território da Cruzada

Trata-se da *Cruzada São Sebastião*, construído em 1955 pela Arquidiocese da cidade, quando Dom Hélder Câmara era bispo auxiliar, com o objetivo de conceder moradia aos antigos moradores da favela da Praia do Pinto. Localizada entre a praia do Leblon e a Lagoa Rodrigo de Freitas é constituído por dez blocos, com sete andares cada um, contendo 906 apartamentos de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, outros de quarto e sala e algumas quitinetes, a *Cruzada* abriga hoje cerca de 5.000 pessoas, cujas características sócio-demográficas podem ser sintetizadas como: majoritariamente negra, jovem, de baixa renda e escolaridade, exercendo ocupações de serviços de baixa qualificação e com fortes índices de desocupação atingindo especialmente a população de 17 a 24 anos, que chega a 60%.

A *Cruzada* é o nome utilizado para designar este espaço residencial de camadas populares, implantado bairro do Leblon, território que ocupa a posição mais elevada na hierarquia sócio-espacial do Rio de Janeiro, provido de serviços públicos regulares e cujo solo possui um alto valor. Sua implantação conforma, porém, uma espécie de micro-território com características sociais e morfológicas fortemente contrastantes com o resto do Leblon. É delimitado à oeste pelo Monte Líbano, tradicional clube de lazer das camadas superiores, separando o conjunto da Lagoa Rodrigo de Freitas através de um muro de 200 metros; ao norte pelo canal do Jardim de Alah; ao sul pela avenida Afrânio de Melo Franco.

A permanência deste enclave popular em uma zona *gentrificada* decorre de fatores relacionados com a formação histórica deste pedaço da cidade do Rio de Janeiro. Desde da sua origem, o Leblon foi ocupado pelos segmentos das então emergentes camadas médias, que buscaram na sua tranquilidade refúgio e tranquilidade. O micro-território da Cruzada era caracterizado pela existência de um vasto areal que margeava o Canal do Jardim de Alah que ligava a Lagoa Rodrigo de Freitas ao mar. Em 1935 a Cia. Das Terras do Leblon loteou o terreno da Chácara do Céu onde morava boa parte dos proletários que trabalhava nas indústrias localizadas no bairro vizinho da Gávea. Alguns destes moradores, desalojados pelo empreendimento, foram constituir a Favela da Praia do Pinto, situada entre a Lagoa Rodrigo de Freitas e as ruas Adalberto Ferreira, Humberto de Campos e a Av. Afrânio de Melo Franco. Estima-se que em 1968, quando foi removida - depois de um misterioso incêndio - moravam na Favela do Pinto cerca de 15.000 pessoas. Outras favelas formaram-se neste micro-território: Favela do Maneta, localizada na Av. Bartolomeu Mitre, em um terreno baldio localizado entre as ruas Dias Ferreira e Capitão Andrade, com cerca de 42 barracos em 1940, quando também foi destruída por um incêndio; Favela Getúlio Vargas na Av. Bartolomeu Mitre, entre as ruas Mário Ribeiro e Marques Canário, com 76 famílias em 1964 quando foi removida; Favela da Ilha dos Bragas, que ocupava a referida Ilha e a margem da Lagoa

Rodrigo de Freitas, ao longo da Av. Borges de Medeiros, com 434 famílias; Favela da Pedra do Bahiano, entre o Conjunto da Cruzada São Sebastião e o Conjunto dos Jornalistas, com 55 famílias.

O micro-território da *Cruzada* desde a sua origem, portanto, concentrava uma população socialmente bastante diferente daquela que veio ocupar o bairro do Leblon, formada por proletários que prestavam serviços às indústrias instaladas na Gávea e sub-proletários que viviam da pesca e de biscates. Segundo depoimentos, as relações entre os moradores do bairro e os das favelas sempre foram marcadas pela distância social e pela subordinação. Nem o tradicional futebol de areia, já naquela época muito popular nas praias de Ipanema e do Leblon, suscitava a integração social entre estes dois segmentos de moradores. Prevalencia forte distância social resultante das suas diferenças das condições de vida e da cultura hierárquica característica da sociedade brasileira. Ainda não havia surgido a “miscigenação” cultural que se inicia na segunda metade dos anos 60, provocada pela busca de relações com o mundo popular por parte de intelectuais pertencentes os segmentos das classes médias.

Tal formação histórica explica também a realização nas bordas deste micro-território de dois importantes empreendimentos imobiliários que exercem hoje o papel de fronteiras urbanísticas e simbólicas da *Cruzada*: a *Selva de Pedras* e o *Conjunto dos Jornalistas*. O primeiro é formado por 42 prédios com um total de 2.251 apartamentos, situado na área delimitada pela Av. Afrânio de Melo Franco e pelas ruas Gilberto Cardoso, Adalberto Ferreira e Humberto de Campos. Estes prédios foram construídos de maneira planejada, em 42 lotes criados com a transferência da Favela do Pinto. Eles formam uma massa compacta, com elevada densidade – cerca de 1.182habs./ha – conformando um espaço residencial concebido nos padrões modernistas. A incorporação foi realizada por cooperativas habitacionais existentes na época reunindo militares, professores, funcionários de empresas públicas, etc. A intenção era, portando, destinar a ocupação desta área do Leblon para segmentos sociais inferiores das altas camadas médias. Estes aspectos históricos, morfológicos e sociais estão na raiz do surgimento e da legitimação da expressão *selva de pedra* como categoria classificatória dos seus moradores, designando posição fronteiriça do espaço social do Leblon. Os aspectos construtivos e urbanísticos associados a sua designação permitem criar um jogo simbólico capaz de identificar a *selva de pedra* à imagem de *conjunto habitacional*, categoria que no mapa mental dos cariocas é associada à idéia de pobreza, baixa renda, popular, inferior¹. A pesquisa realizada por Silva Mello (2001) mostrou como os seus moradores buscam se demarcar desta etiqueta, através de práticas de regulação do uso e ocupação dos espaços coletivos. Por exemplo, o pretendido projeto malgrado de redefinir os espaços públicos para transformar o conjunto em uma espécie de *condomínio-fechado*. Mas, o principal fator percebido pelos moradores como ameaça de

¹ A denominação *Selva de Pedras* conota aspectos pejorativos ao lugar onde estão localizados estes edifícios e aos seus moradores. Está associado ao nome de uma novela televisiva dos anos 70 que utilizava como quadro social dos personagens o mundo das pequenas classes urbanas brasileiras. A palavra *conjunto*, por sua vez, é uma categoria classificatória abrangente que faz menção aos conjuntos de apartamentos construídos pela a Companhia Estadual de Habitação para as camadas populares e identifica uma posição social na hierarquia sócio-espacial entre as ocupadas pelas *favelas* e pelos loteamentos periféricos.

desclassificação decorre das possibilidades de contaminação decorrente da proximidade territorial com a *Cruzada*, o que leva os moradores da *Selva de Pedra* adotarem prática de demarcação através de comportamentos de evitação do contato.

Na fronteira leste da *Cruzada* está implantado um outro grande conjunto de três blocos de apartamentos conhecido como Prédios dos Jornalistas, construído nos 1940 pela IAPC, usualmente denominado pelos moradores do Leblon como *prédio* ou *conjunto dos jornalistas*.

Estes dois agrupamentos têm enorme importância na configuração social simbólico do micro-território da Cruzada. Hoje a *selva de pedra* já não tem mais a mesma composição social da sua origem, tendo ocorrido a substituição da população originária por segmentos sociais que ocupam posições mais elevadas na hierarquia social. Já o *conjunto dos jornalistas* reúne ainda uma população ainda bastante diferenciada daquela moradora do bairro do Leblon, guardando maior proximidade com as características dos moradores da *Cruzada*. A tabela mostrada a seguir evidencia estes fatos. Os imóveis do Leblon situados neste micro-território e em suas fronteiras têm valores inferiores ao preço médio do bairro, o que condiciona a ocupação das bordas da Cruzada por uma população com nível médio de renda. É o que aparece na tabela mostrada a seguir.

Renda Média dos Chefes dos Responsáveis Domicílios- Censo 2000- FIBGE

Agrupamentos	Renda Total	Renda Homens	Renda Mulheres
Selva de Pedra	4.071,61	4.737,91	3.176,87
Conj. Jornalistas	2.342,82	2.544,83	2.190,61
Cruzada	900,03	1.256,01	594,29
Leblon	4.840,87	5.756,58	3.392,21

Os imóveis da *selva de pedra* crescentemente integram o segmento superior do mercado imobiliário do Leblon, o mesmo não sucedendo com os do *conjunto dos jornalistas*. De qualquer forma, permanece a desvalorização simbólica do primeiro agrupamento, o que resulta da existência do micro-território da Cruzada. Observamos que ele também se distingue do restante do bairro do Leblon por concentrar atividades realizadas por um sub-proletariado na forma de comércio ambulante de frutas e doce, além de um grupo de catadores de lixo. Diariamente pela manhã um caminhão recebe o montante de papelão e plástico trazido por dezenas de catadores com suas carrocinhas. Embora uma grande parte dos ambulantes e catadores venham de bairros da periferia (Piabetá, São Gonçalo e Baixada Fluminense) ou das favelas do entorno (Vidigal, Rocinha), alguns deles são moradores da própria Cruzada. Além disso, esse local é freqüentado pelos jovens do conjunto que dividem os bancos e canteiros das árvores desta área do jardim com os moradores de rua e os vendedores com suas carrocinhas. Na rua do Conjunto da Cruzada encontramos a realização de várias atividades de mecânica e consertos de carro.

A Posição Social da Cruzada

Esta origem social do micro-território da Cruzada deixou suas marcas. Os moradores da *Cruzada* são em grande parte oriundo deste mesmo território das favelas, marcado fortemente pela presença das camadas populares. Existem outros micro-territórios populares no Bairro do Leblon que sobreviveram à renovação, mas se diferenciam do micro-território da Cruzada em razão de serem reconhecidos como favelas, sendo a mais importante a do Vidigal. Os moradores da Cruzada, com efeito, são proprietários dos seus imóveis, condição conquistada nos anos 80 em razão do programa de regularização realizado pelo Governo Brizola, conhecido como “Cada Família Um Lote”. Trata-se, portanto, de uma população estabilizada na localidade, que se diferencia dos moradores das favelas em razão de dispor de um bem habilitado a entrar no mercado formal. Têm acesso a todos os serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, aproximam a Cruzada do Leblon.

Mas, sabemos que a propriedade plena da moradia não é a condição suficiente para a localização de um espaço residencial seja identificada com posição social ocupada pela favela da hierarquia sócio-espacial da cidade. Em que medida a morfologia social da Cruzada a aproxima da favela? Empreendemos esta análise comparando alguns indicadores sócio-demográficos relativos aos espaços da Cruzada, das favelas da Rocinha e do Vidigal com o conjunto do bairro do Leblon.

Gênero dos Responsáveis dos Domicílios

Censo 2000-. FIBGE

	Homem	Mulher
Rocinha	49,2%	50,8%
Cruzada	44,8%	55,2%
Vidigal	47,8%	52,2%
Leblon*	43,8%	56,2%

Um dado bastante singular é a maior presença de mulheres chefiando os domicílios na Cruzada, indicador que aproxima este espaço do conjunto do bairro do Leblon.

Por outro lado, também no plano da escolaridade, os moradores da Cruzada se diferenciam dos da Rocinha e do Vidigal, embora, como se era de esperar, contatamos fortes distâncias entre eles e moradores do Leblon.

Anos Médios de Escolaridade dos Responsáveis dos Domicílios

Censo 2000- FIBGE

	Todos	Homens	Mulheres
Rocinha	4,6	4,6	4,5
Cruzada	6,5	7,5	5,6
Vidigal	5,9	6,1	5,6
Leblon*	13,0	13,3	12,6

È verdade que esta diferença de escolaridade decorre, em parte, da existência de maior percentual de crianças nas favelas da Rocinha e do Vidigal. Mas, quando controlamos esta diferença demográfica, constatamos a existência de segmentos com baixa escolaridade entre a população da *Cruzada*, embora em percentual menos que

dos verificados na Rocinha e no Vidigal. Assim, 14% da população com idade superior a 5 anos não é alfabetizada, enquanto que na Rocinha este percentual é de 29% e no Vidigal de 13%. Mas, de qualquer forma, temos dois meios sociais com significativas diferenças na repartição do capital escolar, o que certamente pode se expressar em maiores chances de inserção social.

	Renda Média	Homem	Mulher
Rocinha	R\$ 390,81	R\$ 295,70	R\$ 95,11
Cruzada	R\$ 900,03	R\$ 1.256,01	R\$ 594,29
Vidigal	R\$ 573,47	R\$ 631,59	R\$ 465,67
Leblon*	R\$ 4.692,34	R\$ 5.588,84	R\$ 3.325,75

“No início da segunda metade do século, preponderava no bairro a classe média, que veio a implantar um código de disciplina a sua conveniência, no entanto, sem as cláusulas de um apartheid clássico. A população mais humilde prontamente adotou os cânones estabelecidos pelo grupo mais influente, imitando-o instintivamente, no afã de se confundir com seus componentes. Os menos favorecidos não pareciam longe de acreditar em sua própria inferioridade, pois a classe média jamais cogitou a adoção de qualquer medida destinada a repeli-los ou a subjuga-los. Diversamente da imagem do atual morador de favela (que pode possuir um certo poder aquisitivo ou um grau mais elevado de instrução), a Praia do Pinto, nos anos 50, era quase toda constituída por pessoas tímidas, analfabetas, de escolaridade zero. Mas, se de um lado, não havia hostilidade declarada, de outro, era ilusório supor arroubos de familiaridade entre segmentos sociais tão diferentes.

As diferentes categorias sociais não se mesclavam na praia (os moradores das favelas iam à tarde e a classe média de manhã), nem em outros lugares públicos destinados ao lazer, pois os menos favorecidos não tinham dinheiro para desfrutar de cinemas e bares.

Em meados da década de 50, a camaradagem entre as classes sociais foi prosperando devido a alguns fatores: a índole pacífica dos moradores das favelas; a coincidência de percursos; o contato com empregadas e operárias – numa época em que conquistas amorosas eram poucas, as garotas pobres eram vistas como mais acessíveis; a paulatina inclusão dos atletas residentes das favelas nos times de futebol de praia; a relativa melhoria da qualidade de vida devido ao aperfeiçoamento profissional; e as brincadeiras em comum (bola de gude e brigas de galo) envolvendo as crianças das duas categorias sociais.

Porém, o aumento desordenado da Praia do Pinto, aliado ao surgimento da segunda geração de “favelados” e à concorrência por moradia levaram a uma primeira leva de delinquentes, que não cometiam seus delitos no bairro.” (Lima, R.B- O Antigo Leblon. Uma Aldeia Encantada, Rj, RB Lima 1999

Renda Média Nominal dos Responsáveis do Domicílio Censo 2000- FIBGE

Com relação à renda nominal mensal, a Cruzada apresenta valores superiores aos da Rocinha e do Vidigal, porém muito abaixo do Leblon. Observa-se, porém, que a renda média dos moradores da Cruzada é bem superior à tomada como definidora da população pobre.

A comparação realizada indica que as fortes diferenças entre as características sócio-demográfica da população da Cruzada em relação a moradores do Leblon, mas a distancia das favelas tomadas como referência. Como veremos a seguir, as informações colidas em nossas pesquisas de campo indicam que a relação entre moradores da Cruzada e do Leblon é marcada por esta ambigüidade.

A presença desta população em um território social e simbolicamente tão diferente gera uma série de efeitos que vão do desconhecimento da sua existência revelada a práticas de utilização das ambigüidades como estratégias de desclassificação social e de estigmatização como práticas de violência simbólica e de isolamento social. O resultado é a instauração de uma dinâmica social que acomoda de maneira funcional as relações de proximidade territorial e dominação social, expressa pela sociabilidade interna dos moradores, nas representações que fazem sobre o seu lugar e nas práticas de uso e apropriação do território.

Mas, ao mesmo tempo, a proximidade territorial e a existência de muitos pontos de contatos levam a que os moradores da Cruzada tenham enormes dificuldades de estabelecer um eixo de identidade coletiva. Este grupo não é favelado e tampouco é pobre.

Práticas da Distinção Social

Fizemos um levantamento da percepção dos moradores do Leblon sobre a Cruzada. Aos entrevistados solicitamos inicialmente, para estabelecer um diálogo, que apontassem os principais problemas do bairro. O bairro é, de uma forma geral, percebido de forma positiva, principalmente no que diz respeito a infraestrutura local. A proximidade do comércio e as opções de lazer aparecem como as principais características positivas. Alguns entrevistados destacaram as mudanças pelas quais o bairro vem passando nos últimos anos, que teriam um efeito negativo sobre as condições de vida do bairro. Primeiramente, o fato da descaracterização promovida pela “especulação imobiliária”. Segundo alguns depoimentos, o Leblon era bem mais sossegado na época em que se constituía apenas de casas e de prédios baixos, no máximo com quatro andares. Algumas dessas construções antigas ainda são visíveis no bairro, apesar das intensas modificações no perfil das construções residenciais. De fato, atualmente, as construções que preponderam são edifícios de alto luxo, cercados de toda segurança, como resultado do aumento da violência que tem levado a classe média alta ao isolamento em condomínios.

A descaracterização do Leblon se deve também ao fato de estar se tornando um bairro de passagem, principalmente para os que se locomovem para a Barra da Tijuca. Segundo alguns moradores, este fato é visível pelo aumento do trânsito no local, o que faz com que critiquem o projeto de construção de um túnel no bairro, pois isso contribuiria para um aumento ainda maior do tráfego no local.

Alguns moradores percebem o aumento populacional do bairro como um fator negativo, pois contribuiria para a diminuição da tranquilidade do local. Contudo, essa opinião não é partilhada por todos, pois alguns pensam exatamente o oposto, destacando que o crescimento da população trouxe mais vida ao bairro e maior dinamismo. Uma moradora, por exemplo, se referiu ao Leblon como um local que ainda mantém as características de um vilarejo, devido à calma que ainda reina no bairro. Um outro morador considera que, apesar das modificações ao longo dos anos, o Leblon ainda pode ser considerado um bairro que mantém suas características tradicionais, pois permanece um local residencial e boêmio.

Apesar de considerarem que a tranquilidade ainda se encontra presente, a maioria dos entrevistados tem a sensação de que esta vem diminuindo. Este fato teria relação com o aumento dos delitos no bairro, principalmente no que se refere a assaltos e a roubos de carros. A alta incidência de crimes no Leblon é atribuída, por alguns, ao uso

indiscriminado de drogas por parte, tanto da classe média local como dos habitantes da Cruzada São Sebastião.

O que se observa é um discurso contraditório com respeito à presença da *Cruzada*. De uma forma geral, os moradores do Leblon não relacionam diretamente a prática de delitos com os habitantes da Cruzada, de forma que o discurso preconceituoso que outrora eram vítimas os moradores da Cruzada tornou-se mais ameno. Porém, é visível o desconforto dos demais moradores do Leblon com a presença da *Cruzada*. Apesar de alguns não a associarem à incidência de crimes, quase todos a percebem a sua presença como “problemática”, em uma clara alusão de que teria sido construído em um local pouco apropriado.

Alguns, ao expressarem sua opinião sobre a presença da Cruzada no bairro, o fazem de forma agressiva e indignidade. Ouvimos, por exemplo, opiniões como: “Lá só tem marginais, traficantes e mulheres de vida fácil”; ou “foi feito para gente de bem, mas hoje 90% são marginais e a maior parte dos assaltos vem de lá”. Outros entrevistados falaram claramente do efeito negativo da presença da Cruzada no bairro, afirmando contribui para a “degradação do bairro”. Apesar de considerarem importante a iniciativa e o projeto que deu origem à Cruzada, alguns moradores chamam a atenção para o desvio da finalidade inicial, uma vez que o a *Cruzada* hoje não conta com policiamento ostensivo, fazendo com que os que passam nos arredores do seu território sejam constantemente assaltados. Apontaram a implantação de um polígono de segurança nas imediações da *Cruzada* como evidência da existência de riscos de violência aos que circulam pelo local. Outra suposta evidência da “degradação do bairro” seria o fato de que os possíveis compradores de imóveis próximos deixam de efetivar a compra em razão da proximidade da Cruzada, sendo que alguns sofrem desvalorização em seu preço.

Para alguns entrevistados consideram que a proximidade dos habitantes da Cruzada com os demais moradores do Leblon não seria bom para os seus próprios moradores. Para eles, a convivência próxima com pessoas que possuem um padrão de vida mais alto contribuiria para despertar sentimentos, o que seria um estímulo para a prática de delitos. Esta opinião representa uma típica visão segregacionista, na medida em que a solução pensada para os problemas de diferenciação social seria o distanciamento físico, como resultado do distanciamento social.

O incômodo com a presença da Cruzada deve-se, sobretudo à proliferação da venda e consumo de drogas, que seria responsável pela maior parte dos assaltos cometidos no bairro. Isto é, os que cometem delitos o fazem, não por necessidade material, mas como meio para obter dinheiro para o consumo de drogas. Mesmo quando se referem aos habitantes da *Cruzada*, alguns entrevistados afirmaram que as precárias condições econômicas não seriam a causa da prática dos delitos por parte dos que moram na *Cruzada*, mas o consumo excessivo de drogas, que lhes é facilitado.

Ademais, considera-se que a *Cruzada* favorece os assaltos porque seria um reduto onde os que cometem delitos podem se esconder com facilidade. Ou seja, a Cruzada, exatamente por sua localização central, torna-se de fácil acesso para os que praticam

roubos e assaltos no bairro, independente se são moradores ou não do conjunto habitacional.

De um modo geral, percebe-se que os entrevistados diferenciam a Cruzada dos demais moradores do bairro, principalmente quando mencionam expressões como “não é porque é pobre que é desonesto” ou “conheço muita gente trabalhadora e honesta na Cruzada”. Mesmo quando apontam os aspectos considerados positivos dos moradores da Cruzada, o fazem através de uma *demarcação social e econômica*, estando por detrás do discurso a visão dos moradores da Cruzada como *diferentes*. Alguns entrevistados situam essa diferença a partir da presença de favelas na primeira metade do século XX, das quais a favela Praia do Pinto é a mais lembrada. De forma que, a área que compreende a Selva de Pedra e a Cruzada é percebida como formada por moradores de classe média baixa e baixa.

A demarcação sócio-econômica é nítida quando se menciona o alto custo de vida do bairro o que, na opinião de alguns entrevistados, torna-se um problema para os moradores da Cruzada que, por possuírem um poder aquisitivo não condizente com o bairro, acabam por ter dificuldades de integração no Leblon. Tal opinião pode ser traduzida como uma maneira indireta de dizer que o local mais adequado para a instalação do conjunto habitacional não seria o Leblon.

A maneira como os moradores da Cruzada interagem e constroem a visão de si e dos outros moradores do Leblon é atravessada pelas representações descritas acima. Constatamos, com efeito, em nossas pesquisas a existências de práticas de distinção social que revelam, de um lado, a existência da estigma negativa dos moradores da Cruzada e, por outro, o recurso da estratégia de transferência do estigma como tentativa de escapar dos sentimentos de inferioridade por despertados. É o caso da visão negativa que alguns entrevistados têm acerca dos migrantes, especialmente os do Nordeste, “do norte”, como dizem, que compraram ou alugaram apartamentos na Cruzada. Estes são vistos como extremamente fechados e pouco propensos à socialização com os demais moradores da Cruzada. Ademais, são percebidos como diferentes principalmente porque não tiveram a mesma trajetória de vida dos moradores do conjunto. Nota-se que, apesar de a maioria desses migrantes também ter uma história de vida marcada pela pobreza, não são vistos como iguais pelo simples fato de não serem originários da favela da Praia do Pinto, de onde veio quase toda a população da Cruzada. As críticas observadas em alguns depoimentos, representadas por expressões como “índios”, “animais” e “favelados” expressam, na realidade, o estigma tal como vivenciado pelos próprios moradores da Cruzada. Dessa forma, se por um lado, os moradores do conjunto são percebidos pelos demais habitantes do Leblon como diferentes e não condizentes com o local onde moram, por outro, determinados grupos dentro da Cruzada também são vítimas dessa visão, que impede uma total integração social no interior do conjunto.

A vivência desse estigma leva muitos moradores da Cruzada a comportamentos agressivos, como forma de tentar impor sua identidade ou mesmo de irritar as pessoas de dentro da comunidade e de fora, que os estigmatizam. Por exemplo, alguns depoimentos

revelam que há pessoas que se vestem de forma desleixada e adotam maneiras deseducadas de conduta, justamente para chocar os que os criticam.

Indagados sobre a intenção de sair da Cruzada, 48,5% manifestaram o desejo de mudar-se. Ao mesmo tempo, o fato de apenas 34% dos entrevistados declararem que ao mudar-se para Cruzada ganhou status social, embora a maioria avalie que o bairro do Leblon concede alto status aos seus moradores expressa a percepção do seu deslocamento social. Quando inquiridos sobre onde moravam, ficou claro em suas respostas que os entrevistados não se percebem imediatamente como morador do Leblon. O que se notou é a existência de (di) visão mental que os leva a se perceberem como não integrantes da posição conferida aos residentes do Leblon no espaço social da cidade. A partir da segregação social que sofrem, desenvolvem uma auto-segregação que os faz diferenciar, territorialmente e socialmente, a Cruzada do resto do bairro.

Esta é, certamente, a razão de muitos entrevistados manifestarem o desejo de mudar-se, mas de permanecer no bairro. Embora alguns tenham citado outros bairros como possível local de moradia, inúmeros depoimentos revelaram que o Leblon é visto como um ótimo bairro para se morar, principalmente devido à proximidade do comércio e à área de lazer. Expressões como “o bairro é bom, mas a comunidade é muito ruim” eram frequentes.

A força desse deslocamento social tem como resultado visível a percepção dos moradores de que o seu habitat imediato não constitui uma “comunidade”, como é característico dos moradores em favela, que utilizam esta imagem como recurso de valorização que se contrapõe aos efeitos do estigma do lugar. A utilização da prática da transferência do estigma, associada a uma morfologia habitacional que gera uma situação de convívio com hiper intimidade, condiciona os moradores a valorizar muito pouco ou mesmo a desvalorizar o seu lugar de moradia e as práticas da vida coletiva, cujo resultado é a hiper valorização do individualismo. Com efeito, os informantes que nos introduziram no campo reclamaram da falta de interesse demonstrada pelos moradores quanto às iniciativas e projetos que pretendem melhorar as suas condições de vida. Segundo eles, o desinteresse tem a ver com as dificuldades dos moradores em se posicionar no debate político em razão da intensa intimidade a que são forçados a conviver com os seus vizinhos, dificultando a tomada de posições nos debates e nas eleições. No que diz respeito à organização comunitária, uma entrevistada, em especial, revelou que organizar os moradores para ações conjuntas visando melhorar a situação da Cruzada é praticamente impossível. Geralmente, as pessoas têm medo de emitir opiniões contrárias à maioria, por medo de ficar mal com os vizinhos, pois, quando há discordância, os vizinhos normalmente deixam de se falar. A entrevistada citou a reunião de condomínio do bloco onde mora como exemplo: mesmo quando a pauta é sobre melhorias no interior da Cruzada, poucos moradores se dedicam a discutir os problemas, dificultando ações voltadas para o bem-estar dos próprios moradores. Há um tempo atrás, ainda segundo a mencionada entrevistada, a eleição do representante do bloco era aberta, o que impedia que os moradores votassem em quem realmente apoiavam, por constrangimento e por receio de perder o convívio com determinados vizinhos. Em função disso, eram eleitos sempre os mesmos representantes, até que foi sugerida a eleição secreta, que, obviamente, foi contestada por diversos moradores, mas acabou vingando. De acordo com a entrevistada,

na primeira eleição secreta, os que estavam sempre no comando perderam para outros candidatos, revelando que o voto secreto tornou-se um instrumento verdadeiramente democrático no interior da Cruzada.

Aqueles moradores que ensaiam um posicionamento autônomo nos debates internos e demonstram interesses em ações de melhoria das condições de vida são objeto de recriminações e até de hostilidades. Elas são vistas pelos demais como “burgueses”, principalmente os que residem nos blocos 8 9 e 10.

Interações Sociais e Espaços Públicos

Como se sabe, as populações não são submetidas passivamente às práticas de estigmatização e segregação residenciais. Com efeito, os grupos sociais sobre quais são atribuídas uma estima negativa associada a certas características do seu território de moradia buscam escapular do isolamento utilizando várias expedientes, individuais ou coletivos, de apropriação dos espaços coletivos através dos quais re-construir o significado da sua presença no espaço urbano. Camilieri (1996) propõe a noção de dinâmica identitária para dar conta das estratégias utilizadas pelos grupos estigmatizados para negociarem com os outros uma posição intermediária entre as identidades negativas a eles atribuídas e aquelas que buscam a auto-representação. Tais práticas podem se orientar pela busca de contatos com os outros para demonstrar outras características diferentes daquelas tomadas como evidências da sua inferioridade e que, ao mesmo tempo, permitem aos outros estabelecer estas interações sem o medo dos efeitos da contaminação. Neste sentido, nos parece interessante observar se os moradores da *Cruzada* estão presentes nos espaços públicos do bairro do Leblon e suas práticas lhes permitem desenvolver estas estratégias de negociação.

O bairro do Leblon se presta adequadamente a utilização destas estratégias. Ele é pleno de espaços públicos de lazer, sendo a praia um território no qual o encontro não pode ser evitado.

De maneira geral, em nossas pesquisas, percebemos que os contatos entre os moradores da *Cruzada* e do Leblon estão concentrados no campo da prestação de serviços eventuais de bombeiro, eletricista, etc. A intensidade dos contatos na esfera da interação social pode ser expressa pelo fato de 65% das pessoas ocupadas de *Cruzada* trabalharem no próprio bairro do Leblon.

Quando indagados sobre a quem recorrem em caso de necessidades financeiras, 42,5% apontaram os próprios familiares, 11,5% os vizinhos, 8,2% amigos de infância. Um pouco mais de um terço declararam não recorrerem a ninguém. Para cuidar dos filhos, 25% contam com os próprios familiares e a metade com os vizinhos. Quando têm necessidade de algum favor, 54,1% disseram recorrer aos familiares e 18% aos vizinhos. Estes dados indicam que os moradores da *Cruzada* estão inseridos em uma rede muito curta de relacionamento, pois restrita ao raio das relações de proximidade social e territorial.

Outro indicador de isolamento está no fato de quase 80 % dos moradores entrevistados declararem nunca ou raramente freqüentarem cinemas, embora o bairro do Leblon ter grande quantidade de salas, situadas a um raio de trezentos e cinqüenta metros. O mais surpreendente é que 40% declararam não freqüentar a paria ou freqüentar raramente, o que não deixa de ser surpreendente, o que retira deste espaço público seu potencial papel de território da interação social. .

Em função do pouco contato, os entrevistados, de uma forma geral, não percebem dificuldade alguma em estabelecer relações com os moradores do Leblon, simplesmente porque tal relação praticamente inexistente.

Contudo, há a visão, por parte de alguns entrevistados, que o ambiente do Leblon, apesar de ser considerado um ótimo bairro, não combina muito com os hábitos e preferências dos habitantes da Cruzada. Por exemplo, uma entrevistada se queixou que, no Leblon, não há bares que toquem pagode até tarde, além do fato de ser um local onde o custo de vida é mais alto. Considera-se que morar no Leblon não significa ter conforto e liberdade, uma vez que a violência e a falta de policiamento são tidas como os principais problemas do bairro. Alguns entrevistados chegaram a comparar a zona sul com o subúrbio, afirmando que a região suburbana é mais adequada, pois, além do custo de vida ser menor, há diversos bares que tocam pagode, combinando mais com o estilo de vida da maioria dos moradores da Cruzada. Uma entrevistada mencionou que moradores da Cruzada que se mudaram para o subúrbio se adaptaram bem melhor do que quando moravam no Leblon, onde “é preciso ter dinheiro para gastar”.

Os moradores se apropriam do território do bairro e nele procuram imprimir a marca da sua presença. É o caso de dois bares localizados exatamente na divisa entre Ipanema e Leblon, região conhecida como Bar Vinte em razão de outrora Rua Visconde de Pirajá chamar-se Rua Vinte de Novembro e na época existir um Bar Vinte de Novembro. Trata-se de um local com características bem particulares em um território organizado voltado ao comércio e serviços destinados às camadas superiores. Está localizado no entroncamento da Avenida Visconde de Pirajá e a Rua Henrique Dumont, conformando uma larga esquina na qual na qual existem 3 botequins de estilo tradicional, freqüentados por populares que ali vêm beber cerveja, jogar cartas e conversar. O ambiente é de grande descontração e alarido, mas não se observa a existência de música como seria de se esperar em um ambiente com estas características.

Esta localidade constitui-se, desta forma, em um pequeno território no qual os moradores da Cruzada podem praticar o seu estilo de vida e estabelecer relações de sociabilidade com pessoas da mesma posição social e moradora de outras localidades, como, por exemplo, das favelas. Em nossas observações, não constatamos a presença neste pequeno território populares representantes das classes superiores. Este território permanece popular em razão de em sua formação ter sido apropriado por integrantes da pequena classe média, com a construção de dois edifícios de pequenos apartamentos. É certo que a permanência deste pequeno território popular em um espaço cada vez mais dominado pelas elites econômicas e intelectuais está com os seus dias contados.

Observamos nítidas tendências à renovação com a chegada nas proximidades de restaurantes sofisticados incentivados pela disponibilidade de estacionamento nas imediações e pelas obras do Rio-Cidade que ali colocou o portal de Ipanema, obra com pretensão a ser o ícone da renovação urbana da Ipanema.

Este território de lazer popular não chega, contudo, não se contrapor ao deslocamento a que são submetidos os moradores da Cruzada. Trata-se de fato de um outro micro-território de segregação, na medida em que nele não observamos a frequência de pessoas moradoras do Leblon. Ao mesmo tempo, apesar de constatarmos que as mesas colocadas nas calçadas pelos três botequins nele localizados são usadas para a realização das práticas de jogos de cartas, dominós, ou seja, para as práticas de lazer, nos surpreendeu a inexistência das manifestações musicais tão típicas nestes espaços populares, pagodes, chorinhos, etc. Parece haver uma regra tacitamente negociada entre os usuários deste território e os seus moradores pela qual a presença das camadas populares é tolerada, mas a condição da manutenção do silêncio. Tal fato é coerente com a constatação da percepção dos moradores da Cruzada que consideram o Leblon um ótimo bairro, não combinando com os seus hábitos e preferências. Por exemplo, uma entrevistada queixou-se de não haver no Leblon bares que toquem pagode até tarde. Alguns chegaram a comparar a zona sul com o subúrbio, afirmando que esta parte da cidade ser mais adequada, pois, além do custo de vida ser menor, há diversos bares que tocam pagode, combinando mais com o estilo de vida da maioria dos moradores da Cruzada. Uma entrevistada mencionou o fato dos moradores da Cruzada que se mudaram para o subúrbio e estarem agora melhor adaptado do que quando moravam no Leblon.

Além deste território do lazer popular, a praia também é objeto de apropriação pelos moradores da Cruzada. No pedaço de praia de Ipanema, com efeito, antes do canal do Jardim de Alah, situa-se um espaçoso campo de futebol de areia utilizado essencialmente pelos moradores da Cruzada e por pessoas das camadas populares moradoras das favelas. Forma-se uma situação de fortes separação especialmente nos fins-de-semana: no calçadão os membros das elites fazendo sua caminhada e na areia os moradores da Cruzada fazendo o seu “racha”.

Outra prática de possível interação social proporcionada pela frequência a praia seria o vôlei. Um dos entrevistados afirmou que, ao menos em uma das redes de vôlei instaladas na praia, os times formados envolvem moradores da *Cruzada* e das demais áreas do Leblon. Nas palavras de um deles, “aqui é bem democrático”. Contudo, segundo os depoimentos, nas demais redes de vôlei situadas mais distante da Cruzada, há discriminação com relação aos moradores da Cruzada, o que mostra que a convivência é muito limitada e restrita a certos trechos e grupos.

Conclusões: reflexões sobre efeito do lugar

O nosso estudo de caso evidencia que a proximidade territorial não implica necessariamente em co-habitação. Ela não garante a inteiração entre grupos social localizados em posições distantes do espaço social, mas aproximados pela geografia.

Somos conduzidos à constatação de que a vizinhança não elimina as relações de dominação existentes entre os moradores da *Cruzada* e os do bairro do Leblon. Entre eles, com efeito, existem relações de dominação decorrentes do exercício do poder social e simbólico das elites econômicas e intelectuais, o que lhes confere a capacidade dar o tom e de definir o estilo de relações prevaletentes, breve de impor como legítimas suas normas de comportamento e seu modelo de vida. Por outro lado, as relações de dominação também estão asseguradas pelo fato da “co-habitação” se materializar pela de compra e venda de trabalho que os mundos sociais e hierarquizam a sociabilidade.

A proximidade territorial, neste caso, não realiza os seus possíveis positivos relatados em pesquisas sobre a segregação residencial por Bidou-Zachariasen, 1996), decorrentes da exposição das camadas populares aos valores e visões de mundo das camadas superiores produzir atitudes e comportamentos mais ajustados ao modelo dominante de integração social². Relatos semelhantes encontramos na pesquisa sobre Montevideu, na qual Katzman consegue colocar em evidência empírica o papel positivo dos bairros onde prevalece uma estrutura social heterogênea³. Segundo ele, tais situações

² Esta autora estudou os efeitos positivos dos contatos entre representantes das novas classes médias em ascensão que vão se instalar nas áreas centrais de Lyon, onde historicamente moram representantes das camadas populares em processo de pauperização e isolamento social.

“Estes fenômenos de “contato”, no sentido da antropologia americana, entre estes dois tipos de população podem ser considerados como parte na origem das transformações de atitudes e comportamentos dos “ antigos” vis-à-vis da escolaridade de suas crianças. Estes eram freqüentemente militantes associativos, mas participavam raramente das reuniões do pais de alunos e aderiam menos ainda a suas organizações. No curso dos anos eles se tornaram mais atentos à escolaridade dos seus filhos: aconselhados por seus vizinhos, eles construíram estratégias escolares de mudanças dos estabelecimentos escolares freqüentados pelos seus filhos, passando eventualmente do público para o privado. Este fenômeno conheceu uma tal amplitude que a escola primária do bairro, de péssima reputação, foi desertada e fechada durante um ano escolar inteiro. Não encontramos esta mudança de atitude entre aqueles que saíram do bairro central. Uma certa co-habitação entre os antigos e os novos residentes no seio de uma vida associativa, como também uma banal camaradagem de vizinhança entre as crianças, pode largamente explicar esta evolução. “ (p. 137)

³*“Desde un punto de vista metodológico, aflojar dicho supuesto requiere investigar las condiciones bajo las cuales un individuo acepta que el comportamiento de otros opere como modelo para regular su propia conducta. La respuesta no es obvia. Pero sin entrar en las complejidades que subyacen a los fenómenos de imitación (mecanismos de identificación, empatía, mayor o menor susceptibilidad a modelos externos, etc.) la experiencia de todos los días muestra que, en general, cuanto mayor la cercanía física a un conjunto de personas que comparten características socialmente prestigiosas, y cuanto mayor el peso numérico relativo de ellas en el medio social inmediato, mayor la posibilidad que su comportamiento sea adoptado como marco de referencia por aquellos que no poseen esas características. Si se quiere ser más riguroso, se puede agregar que esa respuesta dependerá del grado y orientación de la susceptibilidad de los más carenciados a los estímulos de su medio. La tendencia de los más pobres a asumir como modelos de rol a los más ricos será más fuerte en contextos de alta homogeneidad en la cultura y en los códigos de comunicación, de baja asimetría en el trato cotidiano entre las clases y de buenas oportunidades de acceso efectivo a las avenidas de movilidad social . En cambio, allí donde no se dan estas condiciones, lo que primará como resultado de los mayores contactos serán sentimientos de privación relativa. El vivir en un vecindario afluente será en estos casos una fuente constante de irritación, asociada al hecho que la proximidad impide eludir una comparación enojosa y permanente de la propia situación con la de los hogares con más recursos.”*

urbanas oferecem mais oportunidades para que seus moradores encontrem recursos oriundos da venda de serviços e mercadorias ligadas à própria reprodução dos seus habitantes. Por outro lado, permite o estabelecimento de contatos sociais e políticos passíveis de produzirem o efeito demonstração de modelos de comportamento integrativo das pessoas socialmente exitosas. Tais seriam, na concepção de Katzman, uma demonstração do êxito possível e exemplificariam o tipo de ativos e as estratégias de articulação de ativos que permitem um bom aproveitamento das oportunidades. Isto implicaria, em primeiro lugar, na incorporação da crença de que há efetivamente uma estrutura de oportunidades aberta a todos aqueles que estão dispostos a fazer os esforços para transitar por ela e, em segundo lugar, que este transito implica no alcance de condições dignas de vida, incorporando aqueles bens e serviços que a sociedade propõe como desejáveis. O *efeito de vizinhança* decorreria do fato das imagens e crenças promotoras de atitudes favoráveis à integração social serem forjadas não apenas no interior da família, por sua capacidade de regulação e de socialização, mas também no meio social imediato do qual faz parte o bairro. Em razão dos processos de fragilização da família o entorno passaria a ter papel primordial. Neste sentido, a segregação residencial, a debilitação dos espaços públicos de qualidade e a conseqüente diminuição das ocasiões de interações entre as pessoas de origens sociais distintas reduziriam as probabilidades dos mais pobres incorporarem estas crenças, atingindo mais fortemente as crianças e os jovens.

Não observamos em nosso estudo de caso estes efeitos positivos do contato e da interação social decorrentes da situação de co-habitação dos moradores da *Cruzada* com os do Leblon. Podemos mesmo aventurar a hipótese de que a proximidade territorial gera um efeito negativo, na medida em que gera uma tal pressão social sobre os moradores da *Cruzada* que bloqueia as possibilidades de tomada de consciência da sua situação de inferioridade e de dominação, impedindo a adoção de atitudes que lhes permitam escapular dos efeitos negativos da estigmatização. Parece-nos mais apropriada a utilização do conceito de *efeito do lugar* proposto por P. Bourdieu (1997) para pensar as práticas de lutas pela apropriação do espaço, segundo o qual o lugar ocupado pelos grupos sociais na cidade permite acesso a várias formas de capital inscritas no território. A apropriação do lugar dá ao seu proprietário às propriedades de poder dos lugares, traduzidas em categorias de *ganhos de localização* descritas com a utilização do vocabulário da economia urbana: *ganhos de situação* associados ao fato das pessoas estarem próximas a agentes e a bens raros e cobiçados, como os culturais, educacionais, de saúde; *ganhos de posição de classe* decorrentes da possibilidade da localização em áreas dominadas simbolicamente pelas classes superiores permitir às pessoas que dela não fazem parte usufruírem o poder simbólico de distinção associada à posse monopolista de uma propriedade distintiva, por exemplo, o endereço prestigioso; *ganhos de ocupação* (ou de acumulação) pelos quais as classes dominantes podem manter à distância ou excluir pela posse do espaço físico os segmentos do acesso aos seus territórios como estratégias de dominação e de proteção do seu capital reificado. O acesso a estes ganhos suscitados pelos lugares, que como, dissemos traduz a capacidade de dominação do espaço, depende da posse prévia de capitais em suas várias modalidades: capital

econômico, social e simbólico. Neste sentido, a luta pela apropriação do espaço é a luta pela acumulação das várias modalidades de capital. A capacidade de dominação do espaço está materializada no poder dos detentores de capital “manter a distância as pessoas e as coisas indesejáveis, ao mesmo tempo em que se aproximar de pessoas e coisas desejáveis” (1997:164). Nesta concepção, portanto, “a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a freqüência a lugares bem freqüentados. (A posse de capital assegura, além disso, a quase ubiqüidade que torna possível o domínio dos meios de transportes e de comunicação- e que é muitas vezes repudiada pelo efeito da delegação, poder de existir e agir à distância através de um preposto).” (p.164)

Mas a proximidade no espaço físico não é suficiente para a apropriação dos *efeitos do lugar*. É necessário ter a posse prévia de capitais. Os que não os possui são mantidos à distância, seja física ou simbolicamente, dos bens socialmente raros. Os despossuídos tornam-se condenados “a estar próximos das pessoas e dos bens mais indesejáveis e menos raros”. Enquanto que o capital dota os seus detentores de mobilidade no espaço, os despossuídos estão condenados a imobilidade de capital e, por esta razão, à condição de prisioneiros do lugar. Por outras palavras, para os dominantes, a apropriação de lugares raros e desejados lhes dota de maior parcela de poder, o que lhes permite dominar o conjunto do território, enquanto que os despossuídos são localizados em lugares da desonra social. Entendemos, assim, que os *efeitos do lugar* podem ser positivos e negativos, pois podem reforçar as posições de dominador e de dominado.

Podemos nos perguntar, contudo, sobre o que acontece em situações em que por razões históricas as classes dominantes se vêem na condição de *co-habitação* com as classes dominadas? Até que ponto esta *co-habitação* permite aos dominados acessos aos *efeitos positivos do lugar*? A situação de *co-habitação* não implica na possibilidade do dominado escapar das relações de dominação na medida em que sobre eles se exerce uma *violência simbólica* despossuindo-os do *habitus* necessário à apropriação dos efeitos do lugar. Tal violência simbólica estaria presente, de um lado, nas disposições subjetivas dos indivíduos dominados que os levariam a práticas que reproduzem os seus lugares no espaço social e, de outro lado, na existência de barreiras simbólicas, tais como o próprio espaço arquitetônico, “cujas mudas injunções dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento, ou melhor, do estar longe, à distância respeitosa, são, sem dúvidas os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade (para os próprios analistas, muitas vezes ligados, como os historiadores depois de Schramm, aos sinais mais visíveis do poder simbólico, cetros e coroas), da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico” (1997:162) Em decorrência, pode-se ocupar fisicamente um habitat sem habitá-lo propriamente se não se dispõem dos meios tacitamente exigidos, a começar por um certo *habitus*. Se o habitat contribui para fazer o *habitus*, o *habitus* contribui também para fazer o habitat através dos costumes sociais mais ou menos adequados que estimula a fazer.” (1997:165). Como dissemos anteriormente, o exercício do poder social das elites econômicas e sociais sobre o espaço

se materializa por sua capacidade de impor suas normas sociais, seu modelo cultural e seu estilo de vida.

A violência simbólica, portanto, desmancha a ilusão de que “a proximidade espacial de agentes muito distantes no espaço social pode, por si mesma, ter um efeito de aproximação social: de fato, nada é mais intolerável que a proximidade física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes”.(1997:165). A violência simbólica seria, então, um recurso utilizado pelas classes dominantes para controlar e proteger seus capitais reificados no território de possíveis ameaças de desvalorização decorrentes na proximidade espacial com outros grupos. As práticas que buscam preservar os capitais pelo controle do acesso ao lugar onde eles estão concentrados podem ser entendido como gerando os “*efeitos de clube* que resulta da associação durável (nos bairros chiques ou nas residências de luxo) de pessoas e de coisas que, sendo diferentes da grande maioria, têm em comum não serem comuns, isto é, na medida em que elas excluem, em direito (por uma forma de *numerus clausus* ou de fato o intruso está fadado a provar um sentimento de exclusão capaz de privá-lo da certas regalias à pertença) todos os que não apresentam as propriedades desejadas ou que apresentam uma (pelo menos) das propriedades indesejáveis.” (1997: 165-166).

A situação sócio-espacial do *efeito club* é a criada pela concentração em um mesmo território dos agentes portadores de um capital negativo traduzido na forma de um estigma. A utilização desta idéia aos moradores da *Cruzada* nos leva a pensar na possibilidade da situação do *efeito gueto* pelo qual a degradação simbólica do lugar, no caso, o *conjunto* degradado, concentrando uma população homogeneamente pobre e, porque pode, negra, degrada todos os seus habitantes, os privando de todos os recursos necessários para participar dos diferentes jogos sociais. A concentração territorial de população des-possuída redobra esta condição, “principalmente em matéria de cultura e de prática cultural; as pressões exercidas , em escala da classe ou do estabelecimento escolar ou em escala do conjunto habitacional pelos mais carentes ou mais afastados da exigências constitutivas da existência “normal” produzem um efeito de atração para baixo, portanto de nivelamento, e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita pela falta de recursos) para outros lugares.”(1997:166)

Quais são os efeitos possíveis da violência simbólica sobre os moradores da *Cruzada* que *habitam* os territórios das classes dominantes do espaço social do Rio de Janeiro? Quais as conseqüências sobre a capacidade desta população em reagir coletivamente a esta situação de dominação? Em que medida a dominação pelo exercício da violência simbólica é mais nefasta do que exercida pelo poder de segregação manifesto pelo poder de ocupação, portanto em situação em que os dominados são territorialmente excluídos do acesso aos lugares desejados pelo jogo dos obstáculos a plena acessibilidade? Podemos supor que a violência simbólica aprofunda a dominação, uma vez que retira dos dominados o acesso às condições e recursos necessários às lutas de resistência à dominação. Tal fato se manifesta na vivência do distanciamento social e simbólico, no sentimento de deslocamento experimentado pelos dominado e os pressiona às práticas da transferência ao vizinho a explicação do seu infortúnio; ou ao

comportamento de mimetismo dos dominantes; ou ainda ao comportamento hiper-individualista na busca da aceitação pelo dominado, ou seja, o comportamento orientado pela busca da assimilação. A utilização destas tentativas de “saídas” explica a forte presença entre os moradores da *Cruzada* de temas como “dignidade” e “respeito”, valores fundamentais acionados em contraposição à violência simbólica, com os quais buscam parecer igual. Como já havia bem observado Mello (2001), os moradores da *Cruzada* tentam se purificarem suas identidades individuais dos efeitos do estigma do lugar pela ostentação de objetos e utensílios domésticos, formas de organização do espaço da moradia e dos espaços de circulação dos prédios como expressões dos símbolos do *status* de respeitáveis consumidores.

Para finalizar, gostaríamos de refletir brevemente sobre a nossa própria experiência de trabalho de campo. As evidências das relações de dominação entre os dois grupos de moradores nunca surgiam de maneira imediata e espontânea em nossas entrevistas. Era necessário, frequentemente, suscitar imagens que evocassem a presença dos moradores da *Cruzada* para que os moradores do Leblon entrevistados expressassem a sua percepção sobre a situação de *co-habitação*. É como este pedaço do bairro não tivesse uma visibilidade imediata, mesmo quando entrevistássemos moradores do seu entorno imediato. Tal fato era surpreendente, pois esperávamos exatamente o contrário, isto é, uma clara consciência da presença desta população *fora do lugar*, sobretudo nas entrevistas feitas com moradores do Leblon que frequentam o mesmo pedaço de praia que os moradores da *Cruzada*. Esta ausência talvez expresse um fato mais geral associado à nossa ordem urbana. O exercício da violência simbólica torna-se invisível entre nós na medida em que a cultura urbana brasileira é marcada pela hibridez, convivendo valores igualitários e hierárquicos, legitimando a manutenção da crença coletivamente compartilhada que as pessoas são naturalmente desiguais. Talvez possamos pensar que temos uma sociedade fundada na permanente violência simbólica, traduzida nas práticas que excluem os “de baixo” do acesso aos bens culturais associados aos valores igualitários. Este seria o fundamento da *pax urbanus* da cidade brasileira: a proximidade territorial das classes sociais resulta e alimenta o lado estamental da nossa ordem social.

Bibliografia

Bidou-Zachariasen, C. (1996) “Classes populaires et classes moyennes en centre rénové”, In Haumont, N. (org.) *La Ville: agrégation et ségrégation sociales*, L’Harmatan, Paris.

Bourdieu, P. (1997) “Efeitos do lugar”, In Bourdieu, P. (org.) *A Miséria do Mundo*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.

Camillerri, C. (1996) “Stigmatisation et stratégies identitaires”, In Haumont, N. (org.) *La Ville: agrégation et ségrégation sociales*, L’Harmatan, Paris.

Cepal- Segregación Residencial y Desigualdades Sociales en Montivideo, Documento preparado pela Oficina de CEPAL, em Montivideo

Katzman, R. (2001) “Aislamiento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias, Buenos Aires, SIEMPRO/UNESCO

Mello, M. A. S. (2001) “Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivos no Rio de Janeiro”, In Esterci, N, Fry, P e Goldenberg, M. (orgs.) Fazendo Antropologia, Rio de Janeiro, DP&A Editora.